

consciência Bancária

EDIÇÃO DIÁRIA - ANO XXVI - 6363 - SEGUNDA-FEIRA, 10 DE JUNHO DE 2019



GREVE DIA 14 CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

A luta contra a reforma da Previdência só pode ser vitoriosa se governo e Congresso Nacional forem colocados contra a parede. É o que os brasileiros prometem fazer na próxima sexta-feira (14/06), com a greve geral contra a PEC 6/19, que mexe na aposentadoria dos trabalhadores.

Em Itabuna, a concentração está marcada para as 6h, na Praça Adami. A promessa é de parar o Brasil.

O momento é bem oportuno. O apoio a Bolsonaro derrete. Diante da incompetência e amadorismo do presidente e da equipe de ministros, há divisões na própria elite que ajudou a eleger o presidente. Portanto, o terreno é propício para construir um forte movimento contra os retrocessos.

Um deles é a reforma da Previdência que o governo quer empurrar goela abaixo da população, mas que, na prática, atende a agenda do sistema financeiro, de olho no dinheiro da aposentadoria dos trabalhadores.

O discurso oficial é de que se a proposta não for aprovada, o país vai quebrar, é uma



mentira. A verdade é que o governo desvia boa parte das verbas da Seguridade Social para pagar juros aos bancos. Não é só isso, com o desemprego em nível recorde - mais de 13 milhões estão sem trabalho - e a economia patinando, a contribuição ao INSS caiu brusca-mente, prejudicando a Previdência.

Mas nada que não possa ser recuperado se houver um projeto que vise retomar o crescimento econômico, com geração de emprego e distribuição de renda para reduzir as desigualdades sociais do país. (SBBA)

TRABALHO REMOTO. MAIS UM ABSURDO DA CAIXA!



A Caixa autorizou um verdadeiro absurdo: o trabalho remoto. De maneira unilateral, a direção da empresa começa a colocar em prática os pontos da reforma trabalhista. Um retrocesso sem precedentes.

Para piorar, não houve qualquer discussão com o movimento sindical e, de maneira abrupta, o banco permite que os gestores implementem o formato de trabalho.

É a segunda vez em menos de uma semana que a direção da Caixa faz mudanças absur-

das e autoritárias sem qualquer tipo de aviso ou negociação com os empregados. Mais uma prova de que para este governo não interessa boa relação. A intenção é apenas atender aos anseios do mercado e um deles é o desmonte e privatização das estatais.

O clima é de insegurança. Os empregados não sabem o que pode acontecer se não concordarem com a nova política de modelo de trabalho.

A CEE (Comissão Executiva de Empregados da Caixa), por meio de um requerimento, solicitou uma audiência com a diretoria do banco. Mas até então não houve resposta.

O Movimento Sindical está atento aos ataques contra os bancários e tomará as medidas cabíveis para garantir que os direitos da categoria sejam devidamente respeitados. (SBBA)

HOJE TEM ASSEMBLEIA NO SINDICATO



Bancários e bancárias de Itabuna e região devem comparecer a Assembleia Geral Extraordinária, hoje, às 18h, para deliberar acerca de paralisação das atividades no dia 14 de junho de 2019 a partir da 00h00.

Contamos com a presença de todos (as)!

FINAL DA II COPA DAS ASSOCIAÇÕES



A grande final da II Copa das associações foi realizada ontem (9) no Clube dos Bancários. A associação Futgordo foi a campeã da disputa contra a AABSC, por 6 x 3.

O artilheiro da competição foi Marcelo Erico, com 10 gols e o goleiro menos vazado Kalid, ambos do Futgordo.

Após a final, houve a entrega das premiações e a animação de Paulinho Xoxô.

“Gostaríamos de agradecer e parabenizar aos atletas que participaram desta Copa. Foi um evento maravilhoso e esperamos repetir a dose em breve”, parabenizou Wendel Porto, diretor de Esporte do Sindicato.

*Confira as fotos do evento na página do Sindicato no facebook.

PLANTONISTAS DE HOJE

Manhã: LIAMARA

Tarde: EVERILDO

DÍALOGOS REVELAM COLABORAÇÃO PROIBIDA ENTRE MORO E DALLAGNOL

Confira a Quarta Parte da reportagem do *Intercept* publicadas ontem que mostra diálogos entre o ministro da Justiça e ex-ministro Sergio Moro e o procurador da Operação Lava Jato Deltan Dallagnol. As conversas entre os dois ocorrerem ao longo de dois anos e revelam que Sergio Moro sugeriu trocar a ordem de fases da Lava Jato, cobrou novas operações, deu conselhos e pistas e antecipou ao menos uma decisão.

Sergio Moro e Deltan Dallagnol trocaram mensagens de texto que revelam que o então juiz federal foi muito além do papel que lhe cabia quando julgou casos da Lava Jato. Em diversas conversas privadas, até agora inéditas, Moro sugeriu ao procurador que trocasse a ordem de fases da Lava Jato, cobrou agilidade em novas operações, deu conselhos estratégicos e pistas informais de investigação, antecipou ao menos uma decisão, criticou e sugeriu recursos ao Ministério Público e deu broncas em Dallagnol como se ele fosse um superior hierárquico dos procuradores e da Polícia Federal.

“Talvez fosse o caso de inverter a ordem da duas planejadas”, sugeriu Moro a Dallagnol, falando sobre fases da investigação. “Não é muito tempo sem operação?”, questionou o atual ministro da Justiça de Jair Bolsonaro após um mês sem que a força-tarefa fosse às ruas. “Não pode cometer esse tipo de erro agora”, repreendeu, se referindo ao que considerou uma falha da Polícia Federal. “Aparentemente a pessoa estaria disposta a prestar a informação. Estou então repassando. A fonte é seria”, sugeriu, indicando um caminho para a investigação. “Deveríamos rebater oficialmente?”, perguntou, no plural, em resposta a ataques do Partido dos Trabalhadores contra a Lava Jato.

As conversas fazem parte de um lote de arquivos secretos enviados ao *Intercept* por uma fonte anônima há algumas semanas (bem antes da notícia da invasão do celular do ministro Moro, divulgada nesta semana, na qual o ministro afirmou que não houve “captação de conteúdo”). O único papel do *Intercept* foi receber o material da fonte, que nos informou que já havia obtido todas as informações e estava ansioso para repassá-las a jornalistas. A declaração conjunta dos editores do *The Intercept* e do *Intercept Brasil* explica os critérios editoriais usados para publicar esses materiais, incluindo nosso método para trabalhar com a fonte anônima.

A Constituição brasileira estabeleceu o sistema acusatório no processo penal, no qual as figuras do acusador e do julgador não podem se misturar. Nesse modelo, cabe ao juiz analisar de maneira imparcial as alegações de acusação e defesa, sem interesse em qual será o resultado do processo. Mas as conversas entre Moro e Dallagnol demonstram que o atual ministro se intrometeu no trabalho do Ministério Público - o que é proibido - e foi bem recebido, atuando informalmente como um auxiliar da acusação.

A atuação coordenada entre o juiz e o Ministério Público por fora de audiências e autos (ou seja, das reuniões e documentos oficiais que compõem um processo) fere o princípio de imparcialidade previsto na Constituição e no Código de Ética da Magistratura, além de desmentir a narrativa dos atores da Lava Jato de que a operação tratou acusadores e acusados com igualdade. Moro e Dallagnol sempre foram acusados de operarem juntos na Lava Jato, mas não havia provas explícitas dessa atuação conjunta - até agora.

Moro negou em diversas oportunidades que trabalhava em par-

ceria com o MPF. “Vamos colocar uma coisa muito clara, que se ouve muito por aí que a estratégia de investigação do juiz Moro. [...] Eu não tenho estratégia de investigação nenhuma. Quem investiga ou quem decide o que vai fazer e tal é o Ministério Público e a Polícia [Federal]. O juiz é reativo. A gente fala que o juiz normalmente deve cultivar essas virtudes passivas. E eu até me irritado às vezes, vejo crítica um pouco infundada ao meu trabalho, dizendo que sou juiz investigador”, desafiou, numa palestra que proferiu em março de 2016.

Desde o início da operação, em 2013, Dallagnol e o MPF tentaram passar uma imagem de que Moro atuava com imparcialidade e distância dos acusadores. “Sempre avaliou os pedidos do Ministério Público de modo imparcial e técnico”, escreveu o procurador, sobre o então juiz, em seu livro de memórias. A Procuradoria-Geral da República endossou essa narrativa. “Assim, inviável a declaração de nulidade de todos os atos praticados no curso da ação penal processada e julgada pelo Juízo Criminal Federal de Curitiba, que se manteve imparcial durante toda a marcha processual”, escreveu a PGR em parecer pró-Moro.

Mas a proximidade com o juiz facilitou o trabalho do Ministério Público, e o próprio Dallagnol já admitiu isso. “Demos a ‘sorte’ de que o caso caísse nas mãos de um juiz como Sergio Moro”, escreveu Dallagnol no Twitter e no seu livro.

Os diálogos

“VIRAM ISSO????”, escreveu no Telegram Athayde Ribeiro Costa, um dos procuradores da força-tarefa da Lava Jato no Ministério Público Federal do Paraná. “PqP!”, respondeu Roberson Pozzobon, membro da equipe e do grupo FT MPF Curitiba 2, no qual procuradores da Lava Jato de Curitiba discutiam estratégias para as investigações que transformaram a política brasileira.

As mensagens eram uma reação à notícia “Diretor da Odebrecht que acompanhava Lula em suas viagens será solto hoje”, publicada naquele 16 de outubro de 2015 no blog de Lauro Jardim, do Globo.

Minutos depois, Dallagnol usou o chat privado do Telegram para discutir o assunto com Moro, até então responsável por julgar os casos da Lava Jato na 13ª Vara Federal de Curitiba.

“Caro, STF soltou Alexandrino. Estamos com outra denúncia a ponto de sair, e pediremos prisão com base em fundamentos adicionais na cota. [...] Seria possível apreciar hoje?”, escreveu Dallagnol.

“Não creio que conseguiria ver hj. Mas pensem bem se é uma boa ideia”, alertou o então juiz. Nove minutos depois, Moro deu outra dica ao procurador: “Teriam que ser fatos graves”.

Depois de ouvir a sugestão, Dallagnol repassou a mensagem de Moro para o grupo de colegas de força-tarefa. “Falei com russo”, anunciou, usando o apelido do juiz entre os procuradores. Em seguida, os investigadores da Lava Jato passaram a discutir estratégias para reverter a decisão, mas Alencar não seria preso novamente, numa demonstração clara de que os diálogos entre Moro e Dallagnol influenciaram diretamente os desdobramentos da operação.

Um mês depois, Sergio Moro enviou uma questão a Deltan Dallagnol pelo Telegram. “Olha está um pouco difícil de entender umas coisas. Por que o mpf recorreu das condenações dos colaboradores Augusto Baruscoemario Goes na ação penal 5012331-04? O efeito prático é impedir a execução da pena”, reclamou a Dallagnol. Em teoria, o juiz não deveria ter interesse em resultados do processo, como, por exemplo, o aumento ou redução de penas de um acusado - nem muito menos tirar satisfação com o Ministério Público fora dos autos.